

O Cenário Internacional e o Brasil do Ano 2020

HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA

INTRODUÇÃO

QUANDO EM JULHO DE 1997 estourou a crise monetária tailandesa, a primeira reação generalizada foi de surpresa. E quando se expandiu pelo Sudeste Asiático, as ponderações iniciais consideravam que a crise seria decorrente de deficiências internas, como a corrupção, clientelismo, falta de transparência e até mesmo como ausência de democracia. Mas mais do que isso, nos centros ocidentais aflorou, ainda que não ostensivamente, uma relativa sensação de triunfalismo, com considerações de que “os valores asiáticos” estavam agora confirmados como inferiores aos do Ocidente.

Propiciou-se também mais diretamente fanfarrônicas como a de Mortimer Zuckerman que defende a idéia de que as previsões do *Século do Pacífico* não têm fundamento e que nem a Ásia nem a Europa serão capazes de alcançar os Estados Unidos enquanto não adotarem o mesmo modelo, baseado no espírito empresarial e aliado à singular agilidade e flexibilidade de seus mercados de capitais.¹

No entanto, a crise não ficou restrita ao Sudeste Asiático, propagando-se para o Leste Asiático e posteriormente para a Europa Oriental, ameaçando a América Latina e precipuamente o Brasil. No que se refere à região latino-americana e ao Brasil em particular tem-se que ressaltar que as condições prévias para a eclosão da crise apresentavam-se totalmente diferenciadas das encontradas na Ásia e na Rússia: um processo de integração ao mercado, via abertura de fronteiras, eliminação de barreiras alfandegárias, inexistência de barreiras não-alfandegárias, assim como uma ampla e profunda política de reforma do Estado.

Conseqüentemente, na mesma rapidez com a crise se propalou, chegou-se igualmente à percepção de que não se tratava de um problema unicamente localizado e temporário, mas de uma questão mundial que está se apresentando como uma grave crise econômico-financeira, com sérias implicações para o funcionamento harmonioso do sistema internacional.

1. ZUCKERMAN, Mortimer B. “Um segundo século americano”. *Foreign Affairs*. Edição Brasileira, *Gazeta Mercantil*, 20: 4-9, Maio de 1998.

De outro lado, o Fundo Monetário Internacional (FMI), convocado para deter a crise, não só tem-se mostrado incapaz de controlá-la, como também com seu receituário clássico, com condicionalidades universais e sem uma adequação à situação sócio-política interna de cada país, a tem acentuado e gerado novos problemas. Da mesma forma como se questionou a ação do FMI na Ásia, surgiram pressões para que o Japão assumisse um papel mais atuante ou mesmo a liderança para solução do problema ² e igualmente pressões para que a China não desvalorizasse sua moeda. E, num segundo momento, as cobranças voltam-se seja para os Estados Unidos, seja para o conjunto dos países desenvolvidos agrupados no G7.

Na realidade, ao mesmo tempo em que a cadeia sucessiva de colapsos financeiros e de mercados abala a confiança dos investidores, propicia um questionamento quanto à capacidade dos organismos internacionais ou dos países desenvolvidos em encaminhar medidas que possam minimamente deter o processo. “Acima de tudo, as instituições que tratam das crises internacionais estão precisando de uma reforma. É essencial uma nova administração financeira para substituir Bretton Woods. Será preciso encontrar um caminho para distinguir entre capital de longo prazo e capital especulativo e proteger o sistema global contra os excessos deste último”.³

Nesse sentido, a crise dos mercados financeiros tem como resultado mais imediato o fato de abalar as perspectivas de um século XXI voltado para a manutenção de um clima pacífico e próspero em decorrência da existência de mercados livres sem fronteiras, numa economia internacional globalmente integrada.

Destarte, a comunidade internacional, às vésperas do século XXI, está agora frente a um teste. Sua resposta em termos de controle da crise financeira pode assinalar se permanece mantendo condições de continuar operando dentro de uma estrutura de ação multilateral cooperativa. Assim, em primeiro lugar, apresenta-se a necessidade de se raciocinar sobre o papel que os principais poderes podem desempenhar no momento e no futuro, assim como sobre as possibilidades de atuação que se vislumbram para os países emergentes.

Em segundo lugar, apresenta-se igualmente a pressuposição da existência de uma íntima relação entre as variáveis econômicas e estratégicas como garantia de um continuado desenvolvimento econômico

2. Na reunião da APEC, em novembro de 1997 e não estando ainda com a crise ampliada, o Japão, a partir de uma sugestão dos Ministros de Relações Exteriores da ASEAN, em setembro, propôs a constituição de um Fundo Asiático para gerenciamento regional do problema. A idéia não prosperou por oposição norte-americana, com receio de um esvaziamento do papel do FMI. Ou mesmo pelo fato de tê-lo sob controle relativo, enquanto que um Fundo Asiático fugiria de sua área.

3. KISSINGER, Henry. “FMI não está apto a lidar com a crise”. *O Estado de S. Paulo*, 04 de outubro de 1998, p. A2.

mundial. “Um inter-relacionamento interativo e sinérgico desenvolveu-se entre economia, política e segurança militar, não podendo ser significativamente separado: paz é condição para a prosperidade e uma criativa diplomacia para gerenciar rivais econômicos e relações comerciais no mercado global é, por sua vez, condição para uma paz duradoura”.⁴

Isso nos leva a uma terceira perspectiva: a provável nova distribuição global de poder, militar e econômica, no século XXI, deverá ser altamente difusa. Em contraste com a bipolaridade, na qual os dois super poderes mantinham preponderância de força em relação a todos os outros países, o sistema multipolar do futuro aparenta conter cerca de três grandes poderes iguais: Estados Unidos, China/Japão e União Européia. A idéia de igualdade decorre da percepção de que mesmo que se possa apontar que os Estados Unidos detêm capacidade relativa superior ao dos demais, não pode prescindir do aval dos outros Estados para *gerenciar* o sistema internacional. E igualmente do fato de novas parcerias comerciais terem se desenvolvido na Europa, América do Norte e Bacia do Pacífico, podendo se articular tanto como blocos unitários ou independentes, como competindo um com o outro.

Como apontava Joseph Nye, “nenhuma hierarquia simples descreve adequadamente uma política mundial com múltiplas estruturas. A distribuição de poder na política mundial se apresenta como um bolo de várias camadas. A camada superior, militar, é extensamente unipolar, isto por não haver nenhum outro poder militar comparável ao dos Estados Unidos. A camada do meio, econômica, é tripolar e assim tem sido por duas décadas. A camada de baixo, da interdependência transnacional, mostra uma difusão de poder”⁵.

Desde que o sistema internacional do próximo século XXI será provavelmente dominado por três grandes Estados extremamente poderosos, cujos interesses comerciais e de segurança são globais, para manutenção de um clima de confiança que induza à prosperidade e paz, é importante que não se mantenham segregados em blocos rivais.

OS PRINCIPAIS ATORES E SUAS PROJEÇÕES DE INTERESSES

ESTADOS UNIDOS

Parte-se do princípio de que atualmente os Estados Unidos representam a *ultima ratio* do sistema internacional, sendo sua liderança fundamental para qualquer tipo de ação coletiva no sistema internacional.

4. KEGLEY, Charles. “Prospects for prosperity with peace in the Pacific Rim”. *Carta Internacional*, NUPRI/USP, 64: 7, junho 1998.

5. NYE, Joseph S. “What new world order?” *Foreign Affairs*, 71 (2): 88, Spring 1991.

Valadão pondera que a ação americana baseia-se na promoção da democracia e da liberdade dos mercados, confundindo seus próprios interesses com os interesses globais.

No entanto, em decorrência de limitações de recursos e principalmente devido à oposição da opinião pública norte-americana a intervenções onde seus interesses não estejam diretamente envolvidos, os Estados Unidos procuram forçar uma participação maior dos diferentes atores, através de uma divisão de custos (*burden sharing*). Nesse sentido, reforça-se a perspectiva de ampliação das práticas de engajamento e de expansão (*engagement and enlargement*), ao invés da política da *contenção* utilizada durante a Guerra Fria.

A política de engajamento e de expansão pode ser traduzida sob duas perspectivas. Na primeira, a participação dos Estados Unidos em qualquer questão que afete diretamente sua segurança ou o equilíbrio político em regiões consideradas estratégicas, bem como os fluxos comerciais. Noutra perspectiva, a necessidade de maior participação dos diferentes atores que se beneficiam tanto do clima de segurança quanto da globalização econômica.

“A *pax americana* não é, portanto, a paz universal decretada por um só, mas a defesa, por um lado dos interesses americanos, por outro, dos processos econômicos e políticos que são a base do equilíbrio e da prosperidade do planeta... A diferença, em relação aos últimos quarenta anos, é que trata-se agora de uma ambição que visa integrar o mundo pouco a pouco em um quadro feito de normas e comportamentos — jurídicos, econômicos, comerciais, políticos e até culturais — inspirando-se na democracia de mercado norte-americana”.⁶

As declarações do antigo Secretário de Estado dos Estados Unidos, Warren Christopher, de que *nosso coração está na Europa, nossa saúde (econômica) na Ásia*⁷ indicam com muita clareza que os interesses econômicos e estratégicos norte-americanos estão prioritariamente direcionados para os contextos europeus e asiáticos.

No contexto europeu, com a consolidação econômica da União Européia, as chances norte-americanas apresentam-se restritas, enquanto que no plano político-estratégico, o cronograma estabelecido em Maastricht para o estabelecimento de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC), em princípio, sacramentaria o afastamento dos Estados

6. VALADÃO, Alfredo. “A Europa: motor de uma ação internacional pós-soberana” *Política Externa*. 7 (1): 81, Junho de 1998.

7. RAYMONT, Henry. “EUA se desinteressam por política hemisférica” *O Estado de S. Paulo*, 6 de outubro de 1996, p. A25

Unidos da Europa. Mesmo que os prazos do atual cronograma sejam prorrogados, a tendência é de se pressupor uma relativa diminuição do papel dos Estados Unidos, mesmo que em casos como o da Bósnia sua atuação seja fundamental para o encaminhamento de solução. De qualquer forma, enquanto não se desenha uma nova estrutura de segurança através da União Européia, seu papel dentro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) mantém-se significativamente relevante para a segurança regional.

Além disso, considerando-se que a Aliança Atlântica ainda constitui a pedra angular da política externa americana, os Estados Unidos têm um cuidado especial com a Rússia, sendo inclusive considerada como sua *prioridade número 1*, em decorrência da sobrevivência e posse de um significativo arsenal nuclear. Destarte, os Estados Unidos desenvolvem uma política de apoio político e econômico ao atual governo russo, inclusive endossando seu acesso privilegiado à OTAN.

A aliança especial da Rússia à OTAN pela assinatura da Ata de Fundação em 1997, decorrente de um apoio explícito dos Estados Unidos, pode-se ser interpretada sob duas perspectivas complementares. De um lado, os Estados Unidos ao impor a aliança com a Rússia amplia seu potencial na OTAN por contar com o apoio de um parceiro (ou rival) detentor de recursos nucleares similares aos seus. De outro, ao se opor à aceitação de outros países da região, implicitamente está reconhecendo que a Comunidade de Estados Independentes deva permanecer dentro da área de influência da Rússia.

Na Ásia, apesar da iniciativa da Comunidade do Pacífico, dentro do Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC), não ter por enquanto alcançado êxito, o peso norte-americano, tanto no campo econômico quanto no de segurança, permanece fundamental. Em termos econômicos, independentemente do questionamento do dinamismo regional após a eclosão da crise financeira, denota-se uma grande interdependência comercial dos Estados Unidos com os países asiáticos.

De outro lado, a estrutura de segurança regional, tida atualmente como uma das mais instáveis, decorre ainda dos acordos bilaterais estabelecidos durante a Guerra Fria, não se vislumbrando qualquer cenário de descontinuidade dessa situação devido às desconfianças mútuas, principalmente entre Japão, China e Coréia do Sul.

Nesse sentido, julga-se, sem qualquer dúvida, que os interesses prioritários dos Estados Unidos hoje estão alocados na região da Ásia-Pacífico, com a qual mantêm relações econômico-comerciais mais intensas, gerando inclusive uma maior dependência mútua e onde igualmente são responsáveis pela segurança regional.

A Europa, por sua vez, constitui outro conjunto de preocupações no sentido de evitar seu alijamento regional, seja pelo projeto de institucionalização política da União Européia, seja pelo papel destabilizador desempenhado pela Rússia. Aparentemente, uma diminuição da presença norte-americana na Europa ampliaria a importância da União Européia ou de algum Estado chave, enquanto que na Ásia-Pacífico criaria um vácuo de poder, gerando a perspectiva de cenários conflituosos e/ou de instabilidade.

UNIÃO EUROPÉIA

Ainda que a Europa se apresente como um dos três pilares da atual estruturação mundial, seu posicionamento parece ser muito mais decorrente da força econômica detida pela União Européia, do que por um poder militar derivado da OTAN, ou por uma capacidade político-diplomática.

Aparentemente, a disposição política de implementar a PESC, assim como a União Monetária Européia, apresenta o objetivo claro de procurar meios de se transformar num ator internacional. A UE ressent-se da evidência de que não detém mecanismos de solução de crises, mesmo que ocorram em sua periferia, como no caso da ex-Iugoslávia e de que seu relacionamento com América Latina apresenta-se inferior ao papel desempenhado no plano econômico. No que se refere à Ásia, tem a noção de que a prosperidade da região, em grande parte, deve-se à relativa paz e estabilidade regional garantida pela presença norte-americana.

Nesse sentido, o processo de aproximação com a Ásia, iniciado em 1996, com a instituição da ASEM (ASIA-Europe Meeting) aparenta ser uma reação ao receio de ser deixada de lado dos principais mercados da APEC e principalmente da possibilidade dos Estados Unidos instrumentalizarem a APEC contra a UE nas negociações comerciais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Assim, a Europa considera que se quiser ter uma posição mais significativa na região deverá ser um forte ator político, inclusive na área de segurança.

O desenvolvimento da Europa Política, através da consolidação da PESC choca-se frente a profundas dificuldades e divergências para se chegar a posicionamento único. É evidente que esses percalços decorrem do fato da unificação política pressupor cessão de parcela da soberania de cada Estado Membro.

Se a União Européia é capaz ou não de se transformar num único e efetivo ator de política externa e de segurança é importante não só para os europeus que procuram ampliar seu grau de influência, mas também para a própria estruturação da política mundial. Uma Europa que fosse

capaz de unificar seus potenciais diplomáticos e militares poderia facilmente desafiar o atual status dos Estados Unidos; exercer influência sobre o processo de paz no Oriente Médio e de segurança no Golfo Pérsico; ganhar crescente influência econômica e comercial de sua política internacional de segurança; começar a desempenhar um papel mais ativo na região asiática e criar uma nova divisão de forças dentro da OTAN.

Uma Europa que permaneça fraca e fragmentada em política externa, continuará um parceiro subordinado e dependente dos Estados Unidos dentro da Aliança Atlântica, um ator diplomático menor e incapaz de solucionar crises de segurança até mesmo em sua periferia.

Gordon defende o ponto de vista de que dificilmente nos próximos vinte ou trinta anos a União Européia reunirá condições de definição de uma política externa comum devido ao processo de admissão de novos membros, de persistência de diversidades não só de interesses materiais, econômicos e comerciais, mas também de tradição de políticas externas, relacionamentos, culturas e mesmo de atitudes. “O presente status dos Estados Unidos como a “única potência” do mundo pode muito bem ser desafiada no século XXI, mas não pela União Européia”⁸

Independentemente das divergências internas a uma definição a curto prazo da PESC, acresce-se o cuidado de evitar que sua criação seja interpretada como um desafio ou possa gerar impasses para o papel dos Estados Unidos.

Nesse sentido, não se vislumbra a curto, nem a médio prazo, a possibilidade de institucionalização da PESC, podendo-se prever que na primeira metade do século XXI, a Europa deverá se manter na posição de ator coadjuvante.

CHINA

Aparentemente há um relativo consenso na percepção de que a China caminha para ser uma potência mundial e que como tal representará um sério desafio à política externa norte-americana. O presente colapso econômico asiático está propiciando o reforço das ambições da China em se transformar no principal poder regional. Ao não desvalorizar o *yuan* e ao declarar que não o faz como uma contribuição para a segurança regional, candidata-se a ocupar um espaço político que naturalmente seria do Japão. Mesmo que sua capacidade econômico-financeira seja relativamente bem inferior à japonesa, sua predisposição ou intenção é realçada pela aparente passividade do Japão em buscar medidas que pudessem não só minimizar

8. GORDON, Philip H. “Europe’s uncommon foreign policy”. *International Security*, 22 (3): 100, Winter 1997/98.

a crise como revertê-la. Em outros termos, retoma-se a perspectiva do contínuo interesse chinês em ser um ativo participante não só do contexto regional, como do mundial.

Se, entretanto, a China não mantiver sua moeda estável, a crise regional poderá ser consideravelmente pior. Uma série de desvalorizações competitivas, com a finalidade de manter participações de mercado, deverá gerar um desastre para a Ásia. Note-se que embora a China, sem uma moeda conversível não tenha sido diretamente afetada pela crise, apresenta-se altamente fragilizada ao ter sob ameaça fluxos de investimento em capital e mercados para suas exportações de manufaturados. A maior parte do crescimento de seu setor não estatal deve-se à interdependência regional, seja em decorrência dos investimentos externos diretos oriundos da Ásia (principalmente da diáspora chinesa), seja das exportações direcionadas para a Ásia.

Na disposição de manter sua moeda estável obtém um engajamento norte-americano, diverso do até então adotado, ao ameaçar com desvalorização caso os Estados Unidos continuassem impassíveis frente à queda da moeda japonesa. Nesse sentido, a visita do Presidente Clinton, em 1998, reforçou suas pretensões de reconhecimento de seu status de potência regional e/ou mundial, bem como de acesso ao mercado americano para seus produtos.

Tradicionalmente a relação entre desenvolvimento econômico e segurança desempenhou um importante papel nas discussões sobre segurança regional. Há a percepção de que a preocupação da China com a modernização econômica a desviou de grandes envoltimentos militares. Entretanto, as profundas reformas econômicas não só estão transformando a economia chinesa, como também estão começando a afetar seu sistema político. Para alguns observadores, permanece discutível se a crescente interdependência econômica com o resto da Ásia, com o mercado mundial e com a comunidade de investimentos transformará a China num grande poder cooperativo e pacífico, com restrição ao uso de sua força. Esta avaliação positiva, aparentemente, está sendo reforçada pelas reações da China à presente crise econômica regional, contribuindo para disseminação de um clima de maior confiança em suas reais intenções.

De outro lado, o debate interno norte-americano sobre as perspectivas de *contenção* ou de *engajamento* da China aparenta estar ficando obsoleto. Principalmente pela constatação de que qualquer política de contenção teria que ser bancada isoladamente, sem o aval de outras potências. Os principais países europeus, por exemplo, recusaram-se a apoiar a Resolução dos Direitos Humanos contra a China em 1997 em Genebra,

bem como o boicote anglo-americano em decorrência da nova legislatura em Hong Kong. Nesse caso, a Europa apresentou-se como realista e pragmática na pressuposição de que a China ou as economias asiáticas ofereciam oportunidades vantajosas no processo de consolidação da unidade europeia. Dentro desse quadro, o crescimento do papel estratégico da China no processo de estabilização regional devido à crise e igualmente sua maior influência política mundial reforça o interesse norte-americano em evitar que a China se afirme como um poder *inimigo*, bem como desenvolver um clima propício para ampliação de cooperação.

A crise levantou na região uma série de questionamentos sobre os benefícios da globalização e da interdependência econômica e mais especificamente sobre o papel dos Estados Unidos e do FMI na sua gestação e agravamento. Mas muito mais do que no plano global, a crise apresenta importantes implicações estratégicas regionais principalmente ao ampliar o clima de incerteza e ao desafiar as idéias de que a coesão regional ou de que a interdependência econômica seriam fatores de prevenção de conflitos internacionais na Ásia. De um lado, como ficou evidenciado na situação da Indonésia, o colapso econômico pode comprometer a estabilidade social e política da região pelo crescimento de demandas de um novo pacto político-social, não restritas somente a espaços localizados, mas ao conjunto regional. O tumulto verificado na Indonésia gerou preocupações não só com a possibilidade de transferência de contingentes populacionais à Austrália, Malásia e Cingapura, mas também com o surgimento de reivindicações por reformas políticas e sociais, principalmente na Malásia, como em Cingapura.

E, no plano externo, ao mesmo tempo em que se levantam dúvidas sobre a validade teórica do enfoque na interdependência econômica como um antídoto à reativação de conflitos latentes, constata-se que a construção de mecanismos de segurança estratégica e econômica, baseados no modelo ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático) de consenso e cooperação, está agora relativamente desacreditada.

Nesse sentido, o clima de desconfiança e descrédito possibilitou alterações na balança de poder ao demonstrar as limitações dos principais poderes. Os Estados Unidos, ao ser considerado como um dos responsáveis pela crise e por influenciar o FMI na promoção de reformas econômicas, aparenta estar desempenhando um papel exclusivamente voltado para a defesa de seus interesses. Independentemente do papel de promotor do desenvolvimento econômico que o Japão desempenhou nas décadas anteriores, o tímido e vacilante empenho japonês, aliado à incapacidade de resolver suas próprias dificuldades, deve minimizar suas potencialidades de deter um papel proeminente regional.

Mesmo as instituições regionais como a APEC (Fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico) e a ARF (Fórum Regional da ASEAN) mostraram-se incapazes de trabalhar em conjunto na crise.⁹

Nesse sentido, a China beneficia-se da fragilidade dos principais atores e ao não se engajar numa desvalorização competitiva transmite a imagem de um poder cooperativo e pacífico.

O tratamento obtido pela China durante a visita do presidente norte-americano permitiu, em primeiro lugar, ressaltar o reconhecimento explícito de que a China é uma potência regional e que seu papel é fundamental para manutenção da estabilidade econômica e estratégica da Ásia. Em segundo, num quadro indefinido, com o Japão em crise, o Sudeste Asiático em tumulto, o Sul da Ásia em efervescência nuclear, os Estados Unidos está procurando reordenar suas relações no contexto asiático, priorizando o relacionamento estratégico com a China, de forma a manter sua liderança regional.

Dessa forma, é que se pode constatar que as duas potências agora mantêm posicionamentos comuns e alinhados frente às principais questões regionais, tanto na crise financeira quanto nas questões nucleares envolvendo Índia e Paquistão e mesmo no que se refere às tensões na Península Coreana.

Avaliando as oportunidades e desafios que a ascensão da China suscita, um trabalho da Comissão Trilateral aponta que a China está emergindo como um *poder completo*. Isto é, com peso tanto econômico quanto militar e com uma clara determinação, no presente e para o futuro, de participar da definição do destino da região e do mundo. Como seu crescimento coincide com os processos de globalização da produção, de internacionalização de mercados financeiros e de transformação das telecomunicações, sua inserção num mundo interdependente pode criar condições de maior participação na solução de problemas que afetam toda a humanidade como a mudança climática, degradação ambiental, disseminação de armas de destruição de massas e mesmo explosão populacional. De outro lado, sua ascensão ocorre num momento de incertezas, com uma série de problemas internos e de conflitos externos.

A atual aproximação e relacionamento com a China aparenta ter a intenção de engajá-la num esforço mútuo de solução de problemas regionais e globais em diferentes áreas; como integração econômica, questões de segurança, e padrões internacionais de direitos humanos. No

9. Sobre as implicações estratégicas da crise asiática, veja-se: DIBB, Paul; HALE, David D. & Prince, Peter. "The strategic implications of Asia's economic crisis". *Survival*, 40 (2): 5-26, Summer 1998.

campo econômico, o mais premente é definir seu acesso à OMC. “A combinação do impacto significativamente crescente da China na economia mundial com a natureza insuficientemente regulada de seu crescimento econômico pode desestabilizar a economia internacional. A China deve ser incorporada à OMC, o que poderá auxiliar a China a construir as instituições necessárias para monitorar seu crescimento e assegurará que a China acate as regras do comércio e investimentos internacionais”.¹⁰

JAPÃO

Enquanto que se constata que a União Européia, apesar da dificuldade de adquirir um caráter único, está procurando transformar-se num ator internacional de peso e a China, em processo de crescimento econômico, deixando bem clara sua intenção de exercer um papel ativo tanto na região quanto no sistema global, o posicionamento internacional do Japão permanece de difícil percepção.

No início da década de 90, previa-se que o Japão acabaria por definir seu papel ou forma de atuação tanto no plano internacional como um todo quanto no regional.

Joseph Nye¹¹ apontava quatro possíveis opções para o Japão: a) de se tornar uma superpotência através de um processo de remilitarização; b) de continuar com sua política *economicista* do pós-guerra; d) de dar ênfase ao contexto regional; e) de desempenhar um papel político global em decorrência e em conjunto com seu poder econômico global.

Nye considerava ainda que a opção pelo exercício de um poder global enfrentava fortes custos internos, pelo fato de exigir mudanças, a começar pela resistência ao *estrangeiro*, e pela necessidade de abertura do mercado interno, bem como igualmente pelas pressões externas, seja por parte de potências regionais asiáticas ou mesmo por parte dos Estados Unidos e da Europa.

Mas, no final da década, o Japão, apesar de manter sua capacidade econômico-financeira, encontra-se mergulhado dentro de uma crise, sem que tenha ainda conseguido definir seu papel. Sugerindo que as reformas estruturais não foram efetivadas por estar lisonjeado pelo título de *Japan Number 1* ou mesmo de *Enigma of Japan*, Horisaka aponta que “na área de relações exteriores, podemos esperar que algum tempo passe antes que o Japão possa estabelecer uma política externa abrangente e de acordo

10. FUNABASHI, Yoichi; OKSENBERG, Michel & WEISS, Heinrich. *An emerging China in a world of interdependence*. A Report to The Trilateral Commission, The Triangle Papers n°. 45: 72, 1994.

11. NYE, Joseph S. “Coping with Japan”. *Foreign Policy*, *9: 96-115, Winter 1992-93.

com a nova realidade. A fundação desta nova política se apoia em duas questões críticas: 1) Que tipo de papel internacional o Japão pode desempenhar na era pós-guerra fria, considerando sua posição como a segunda maior economia do mundo; e 2) Que relações construtivas ele pode formar com seus vizinhos asiáticos".¹²

A impressão que se tem é que, na realidade, o Japão continua procurando instrumentalizar a Aliança com os Estados Unidos, de forma a evitar desgastes prematuros. No entanto, a se considerar que a China está expandindo seu papel internacional, praticamente endossado por uma aproximação mais estratégica com os Estados Unidos, pode-se supor que o Japão indiretamente está abrindo espaços para a política chinesa e retardando ainda mais a urgente definição de seu papel regional e internacional.

E na mesma linha, considerando-se a série de desconfianças e resistências que o Japão ainda enfrenta na região asiática em decorrência de suas atitudes no período da Segunda Guerra Mundial e igualmente as ações chinesas procurando evitar a ampliação da crise no Sudeste Asiático¹³, a aparente não solidariedade japonesa no decorrer da presente crise financeira deverá se traduzir num aumento da rejeição regional a um papel mais preponderante por parte do Japão.

ASPECTOS DO POSICIONAMENTO BRASILEIRO NO CONTEXTO AMERICANO

Com o fim da Guerra Fria difundiu-se a esperança de que "os valores do liberalismo, entrelaçando democracia e mercado, tendiam à inexorável universalização".¹⁴ E na América Latina renovaram-se as esperanças de que os Estados Unidos, de acordo com os princípios liberais, modificariam sua forma de relacionamento com a região, apoiando os esforços para um processo de desenvolvimento econômico e social.

No entanto, ainda que aparentemente contraditório, o que se observou foi uma tentativa de reafirmação da hegemonia dos Estados

12. HORISAKA, Kotaro. "Mudanças e turbulências recentes na política japonesa: uma visão para a América Latina". *Política Externa*, 6 (4): 127, Março 1998.

13. No Foro Econômico Mundial de Davos, em fevereiro de 1998, o Vice-Premier Li Lanqing declarou: *A competitividade de nossas exportações está sob pressão da drástica depreciação das moedas do Sudeste Asiático. Entretanto, a China não irá e não necessitará se valer da desvalorização do Renminbi para estimular suas exportações ... Isto não só em nosso próprio interesse, mas também como uma contribuição para a retomada da estabilidade e confiança nos mercados cambiais asiáticos.*

14 . LAFER, Celso & FONSECA, Gelson. " Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas". in: FONSECA, Gelson & CASTRO, Sérgio H. N. *Temas de Política Externa Brasileira II*, IPRI/Paz e Terra, São Paulo, 1994. Volume I, p. 56.

Unidos. Isto é, procurou-se manter a América Latina dentro de sua área de influência, mesmo que isso não refletisse o estabelecimento de um processo cooperativo mais denso e voltado ao atendimento dos interesses regionais.

Nesse sentido, pode-se observar duas macro tendências no contexto latino-americano: uma de liberalização traduzida pelo processo de aberturas de seus mercados e tendente a preencher um espaço na economia internacional globalizada e outra embutida no projeto de renegociação do sistema interamericano.

Numa visão extremamente cética, tanto a Iniciativa das Américas, quanto o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) representam momentos de renegociação do Sistema Interamericano, de forma a manter o controle norte-americano sobre a região.

Nesse sentido, tem-se a percepção de que o projeto de integração hemisférica das Américas não passa ou de um recado direcionado aos competidores europeus e asiáticos, ou simplesmente de uma estratégia de reafirmação de sua esfera de influência. No que se refere a recado, o primeiro argumento decorre do fato da iniciativa americana ter sido proposta imediatamente após a tentativa americana de liderar o processo de estabelecimento de uma *Comunidade do Pacífico*¹⁵ e possivelmente procurando mostrar-se como uma alternativa estratégica, com o objetivo explícito de pressionar o avanço da cartada asiática, principalmente devido às restrições japonesas quanto à constituição dessa Comunidade.

Essa ponderação é ainda ampliada quando se considera que a proposta anterior à Cúpula das Américas, a Iniciativa das Américas, tinha também um claro objetivo político com vistas ao enfraquecimento tanto do relacionamento da Comunidade Européia com a América Latina quanto das posições européias no desenrolar da então Rodada do Uruguai do GATT. “Os interesses de caráter retórico ou político tiveram objetivos políticos imediatos e justificaram a proposta da Iniciativa das Américas como um elemento de pressão dos Estados Unidos contra o fortalecimento do bloco da CE e do Japão. Por outro lado, a possibilidade de se criar uma zona de livre-comércio americana

15. Na reunião da APEC, em Seattle, novembro de 1993, os Estados Unidos, através do Grupo de Personalidades Eminentes, entregou um relatório (*Para uma Comunidade Econômica da Ásia-Pacífico*) propondo, que a APEC acelerasse a cooperação econômica com vistas ao estabelecimento de um regime de livre comércio e de investimento na região. E, em novembro de 1994, na reunião na Indonésia, deu seqüência a esse objetivo, propondo um cronograma para adaptação até 2010 para os países desenvolvidos e até 2020 para os em desenvolvimento. Já a partir da reunião de 1995, em Osaka, esse cronograma não é abolido, mas entra num regime de espera devido à posição japonesa contrária a essa área de livre comércio.

constituir-se-ia em uma arma dos Estados Unidos contra os países europeus que insistiam e ainda insistem na proteção de sua agricultura”.¹⁶

Independentemente de discutir se se trata de um recado ou de uma reafirmação de estratégia de zona de influência, o mais importante é a constatação pura e simples de que a América Latina, bem como o projeto de Integração Hemisférica não são prioridades do governo norte-americano e que, sem qualquer juízo de valor, a América Latina permanece integrada ao sistema interamericano, enquanto que as projeções de manutenção de poder e/ou de liderança dos Estados Unidos direcionam-se para o relacionamento com a Europa e a Ásia.

Como base desse raciocínio está a premissa de que, independentemente da desativação do sistema bipolar, são ainda mantidas zonas de influência, agora de caráter muito mais nitidamente econômico e financeiro.

No entanto, a existência de uma área de influência não necessariamente significa uma convergência de interesses. No caso americano, no que se refere ao processo de integração, o que se constata é uma divergência bem acentuada entre os diversos atores. Guilhon Albuquerque aponta a existência de duas agendas de segurança no continente americano. Uma, a dos Estados Unidos, decorrente da sensação de vulnerabilidade frente à exposição aos problemas sociais e culturais de seus vizinhos (fluxos migratórios, tráfico de drogas, problemas ambientais, corrupção governamental). E a segunda agenda, dos países latino-americanos, precipuamente econômica e/ou comercial e interpretada como fundamental para reativar processos de desenvolvimento, assim como para reforço das frágeis instituições democráticas regionais. Mesmo assim, pondera que “ambas as agendas não são mutuamente excludentes e podem tanto divergir quanto convergir, dependendo da boa vontade de ambas as partes para aceitar alguma renúncia”.¹⁷

Mesmo considerando que a capacidade brasileira de ação efetiva e autônoma permanece reprimida, seja pela vulnerabilidade que o Brasil apresenta no setor econômico externo, seja pela posição e políticas dos Estados Unidos, Hurrell argumenta que se os Estados Unidos fossem de fato hegemônicos, o escopo do Brasil para uma ação efetiva e autônoma

16. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser & THORSTENSEN, Vera. “Do Mercosul à integração americana”. *Política Externa*, 1 (3): 129-130, Dezembro de 1992.

17. Albuquerque, José Augusto Guilhon. “As relações externas entre os EUA e o Brasil: um obstáculo importante para a integração hemisférica?”. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 56: 35-40, Setembro de 1998.

seria muito mais limitado. “Para uma hegemonia sustentável há necessidade de três fatores: recursos de poder (materiais e de idéias); um projeto hegemônico claro e um firme apoio político nacional. Embora a enorme assimetria do poder norte-americano em relação à região permaneça manifesta, os outros dois fatores estão bem menos delineados e precisam de uma análise mais cuidadosa e matizada. E é exatamente esse fato que oferece ao Brasil o espaço econômico e diplomático para influenciar o desenvolvimento da futura agenda de integração hemisférica e para procurar elaborar uma política externa com restrições, mas ao mesmo tempo autônoma e abrangente no final da década de 90”.¹⁸

Assim, em decorrência dos interesses dos Estados Unidos estarem prioritariamente voltados para a Europa e Ásia e também pela relativa não convergência de agendas, pode-se deduzir que o interesse norte-americano de manutenção da América Latina dentro de sua órbita, corresponde ao objetivo estratégico de inibir ingerências externas, ou mesmo o surgimento de lideranças sub-regionais.

Nessa perspectiva de evitar lideranças sub-regionais, o questionamento que se coloca é se não se está processando uma tentativa de esvaziamento do papel que o Mercosul vem desenvolvendo como agente aglutinador de expectativas integracionistas na América do Sul, por estar implementando a estratégia de construção de blocos com vistas ao estabelecimento da integração hemisférica e igualmente por estar instituindo arranjos regionais com possibilidades de redução dos constrangimentos impostos pelo sistema interamericano.

Dentro desse espectro, retomou-se, no Brasil, a perspectiva de que a área básica de atuação da política externa brasileira é a América do Sul, sendo um espaço que procura *organizar* (apesar de toda preocupação para que não seja entendido como *liderar*). Nesse sentido, a atual política externa brasileira, no continente americano, aparenta ter como objetivo prioritário, inicialmente, a consolidação do Mercosul e, em seguida, o estabelecimento da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA). Já, para um segundo momento e gradualmente de forma a permitir um reerguimento econômico e político regional, estes agrupamentos devem tender a enfatizar a emergência da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Em outros termos, aparentemente busca-se, dentro do atual contexto, uma retomada do conceito de sub-sistemas regionais para se poder renegociar o sistema interamericano.

É evidente, nesse sentido, que o Mercosul teve como efeito ampliar a importância da região para o Brasil, ao mesmo tempo em que possibilitou

18. HURRELL, Andrew. “Dilemas da adesão Grã-Bretanha e UE / Brasil e Mercosul”. *Política Externa*, 6 (4): 186-187, Março de 1998.

uma relativa maior projeção de poder. Hurrell, no entanto, argumenta que as transformações que o Brasil apresenta em sua política econômica e política externa mantêm ainda elementos significativos de continuidade na política externa brasileira e que tendem a se acentuar ainda mais à medida em que a estabilidade e o sucesso econômico forem mantidos.

“Sim à liberalização externa, mas apenas de forma controlada e negociada, e recorrendo ao unilateralismo quando conveniente: sim à reavaliação do antigo objetivo de autonomia, mas ainda com ênfase, onde possível, na capacidade tecnológica e na proteção do desenvolvimento industrial; sim à valorização da função do mercado, mas ainda um papel crucial para o Estado; sim à aceitação de muitas normas internacionais emergentes, mas ainda com o objetivo de reformar as instituições internacionais e construir uma coalizão de governos que compartilhe do mesmo ponto de vista. Finalmente, sim ao desejo de evitar a confrontação com os EUA, mas ainda uma tentativa de um Mercosul mais amplo como base para negociação dos termos de uma possível expansão do NAFTA”.¹⁹

OPÇÕES ESTRATÉGICAS

A partir desse quadro de aprofundamento do Mercosul e cautela em relação ao processo integrativo hemisférico pode ser visualizado um conjunto de três opções estratégicas, consideradas a longo prazo, que se abrem ao Brasil dentro de seu processo de inserção internacional competitiva e favorável aos interesses nacionais: a) integração com os Estados Unidos; b) integração sub-regional; e c) alianças extra-hemisféricas.

Na primeira opção avaliada, a de integração com os Estados Unidos, o que se precisa é encontrar meios de se aproximar dos Estados Unidos já que ela possibilita uma aproximação não só com os Estados Unidos, mas também com a economia mundial.

Guilhon Albuquerque defende o ponto de vista de que: (a) “existe uma agenda bipartidária positiva nos EUA a favor da América Latina desde a metade do governo Bush” e (b) “a América Latina ainda é a única região para a qual as exportações americanas estão crescendo consistentemente, permitindo um saldo comercial positivo. Aproximadamente 2/3 devem-se ao superávit no comércio bilateral com o Brasil”.²⁰

19. HURRELL, Andrew. “Dilemas da adesão Grã-Bretanha e UE / Brasil e Mercosul”. *Política Externa*, 6 (4): 172, Março de 1998.

20. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. “As relações externas entre os EUA e o Brasil: um obstáculo importante para a integração hemisférica?”. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 56: 35-38, Setembro de 1998.

A implementação dessa estratégia pode ser ativada a partir de diferentes táticas: a) acesso ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA); b) institucionalização da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); c) instrumentalização do Mercosul; ou d) de forma bilateral.

Quanto às possibilidades de acesso ao NAFTA, aparentemente, a curto e médio prazo, a política norte-americana de não aprovação do *fast track* inviabiliza qualquer tentativa neste sentido. Já no que se refere à ALCA, a percepção de que se concentraria basicamente na redução de barreiras alfandegárias e para-alfandegárias ao comércio e de proteção e promoção de investimentos levanta uma série de indagações em decorrência da assimetria dos possíveis parceiros.

Já a utilização do Mercosul enquanto fator negociador para facilitar a integração com os Estados Unidos suscita uma série de problemas que vão da ordem econômica (sua visão como promotor de desvio comercial) à ordem política (não reconhecimento de uma liderança brasileira), esbarrando inclusive na disposição norte-americana de só discutir de forma bilateral.

A terceira tática, de acesso direto, não necessariamente deveria ser similar ao modelo desenvolvido pela Argentina, de uma *aliança especial*, mas, no mínimo deveria propiciar o estabelecimento de uma parceria complementar, com base nos interesses mútuos. No entanto, o que aparenta ser de difícil transposição é a definição de uma agenda convergente e complementar. Como aponta Lavagna, persiste nos Estados Unidos “a idéia de que acordos com países com menor grau de desenvolvimento, salários baixos e falta de regulações geram uma concorrência desleal, vantajosa em relação aos Estados Unidos, afetando regiões, produções e, particularmente, os trabalhadores menos especializados”.²¹

De outro lado, tem-se, no Brasil, arraigada a concepção de que os interesses prioritários norte-americanos permanecem voltados para os contextos europeu e asiático e, como tal, uma integração nesses moldes tenderia a imprimir ao relacionamento um papel residual.

A segunda opção estratégica compreende o envolvimento com esquemas de integração sub-regional. Embora se possa afirmar que essa tendência corresponde a um anseio tradicional nas demandas latino-americanas, a institucionalização, a partir de 1991, do Mercosul vai

21. LAVAGNA, Roberto. “O futuro da ALCA: a indecisão americana”. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, 56: 39, Setembro de 1998.

introduzir mudanças profundas no padrão de relacionamento internacional no âmbito sub-regional.

Apesar de inovador, o Mercosul, em parte, pode ser realmente rotulado como uma opção estratégica por ter sua origem determinada pelas alterações no sistema econômico internacional e pela contínua e crescente importância dos Estados Unidos, bem como pelas dificuldades econômicas domésticas dos diferentes países membros. Nesse contexto, pode ser ainda considerado como uma resposta à institucionalização do NAFTA.

Mas mais importante do que sua origem é sua orientação estratégica. Não é simplesmente um mecanismo gerador de expansão comercial. Ao contrário, objetiva o aprofundamento de um processo cooperativo, como um meio de promoção de modernização tecnológica e reestruturação industrial. Enfim, estabelece mecanismos de investimento, solução de conflitos, questões trabalhistas, coordenação energética e macroeconômica.

Em termos de relações internacionais, o Mercosul propiciou o desenvolvimento de um clima de confiança com a redução histórica de sensação de conflito latente entre os seus principais parceiros. Nesse sentido, a permanência de um entendimento político e de segurança é fundamental para sua continuidade.

Evidentemente que o Mercosul não é um projeto concluído, ao contrário, é um processo que, inicialmente reativo, vai sendo construído em resposta às demandas da sociedade e da conjuntura regional e internacional. Por isso mesmo, apresenta ainda uma série extensa de desafios ou dilemas que decorrem principalmente de expectativas diferenciadas entre o Brasil e a Argentina.

Nesse sentido, a partir de demandas argentinas, detecta-se uma relativa relutância brasileira em aprofundar ainda mais o processo integrativo. “Seja no âmbito do Mercosul, de sua extensão à América do Sul, ou da ALCA, a diplomacia brasileira tem imensa dificuldade para assumir uma liderança positiva, seja formulando a agenda, seja propondo uma opção substantiva. As posições brasileiras, tendem a ser processuísticas, isto é, dizem respeito a métodos e cronogramas e não à substância das negociações em pauta. Sabe-se muito bem o que o Brasil não quer, ou diz não querer, ou silencia sem dizer não, em cada um desses fóruns, mas não se conhece iniciativa brasileira com uma agenda substantiva ou um modelo de integração definido a curto ou médio prazo”.²²

22. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. “Novos rumos na política externa brasileira?” *Carta Internacional*. NUPRI/USP, 59: 9-10, Janeiro de 1998.

A terceira opção de alianças extra-hemisféricas aparenta ser uma constante na retórica da política externa brasileira, a partir do projeto de definição de um espaço mais autônomo caracterizado por uma diversificação das parcerias.

Mas, também contínua é a percepção de indefinição de medidas concretas para se atingir esse objetivo. No caso da Ásia, por exemplo, a percepção generalizada, na maior parte das análises sobre o relacionamento Brasil-Ásia, é de dificuldades de priorização dessas relações, tendo em vista outros compromissos no contexto regional ou mesmo no ocidental. Tem-se a impressão de que há um verdadeiro e grande interesse na ampliação dos laços políticos e/ou parcerias comerciais com a Ásia, mas ainda não se delinearão as formas de se atingir esse objetivo. Em outros termos, o relacionamento é muito mais reativo a fatores conjunturais ou a iniciativas asiáticas do que propriamente derivado de um ativismo.

Kotaro Horizaka caracteriza as relações com o Japão da seguinte forma: “foram altamente unilaterais. O Japão desempenhou um papel ativo no comércio, investimento e no setor bancário privado, enquanto que os países da América Latina comportaram-se passivamente em relação ao Japão. Como consequência dessa assimetria, as relações tenderam a se estagnar quando o Japão perdeu seu interesse na área”.²³

Com a União Européia, independentemente de alguns momentos ou eventos mais atípicos, a regra geral é similar à observada na Ásia.

No período imediato ao fim da Guerra Fria, as previsões caracterizaram-se como altamente negativas, pressupondo que a Europa Ocidental tenderia a se voltar mais para a Europa do Leste e Japão para o Sudeste Asiático.

Entretanto, nos últimos anos, nota-se um reaquecimento do relacionamento com a Europa, principalmente por parte da Espanha e Portugal e igualmente da União Européia com o Mercosul. Em relação à Ásia, persiste a relação inercial com o Japão, enquanto que a China e o Sudeste Asiático apresentam relativa melhoria.

Na realidade, colocada sob outro ponto de vista, a questão é a de quanto importante é o Brasil para a Europa e para a Ásia. Aparentemente, a resposta é negativa e conseqüentemente poder-se-ia estar gastando muita

23. HORIZAKA, Kotaro. “Political options for Japan: confronting U.S. regional strategy” in: NISHIJIMA, Shoji & SMITH, Peter H. *Cooperation or Rivalry? Regional integration in the Americas and the Pacific Rim*. Westview Press, Boulder, Colorado, 1996. pp.: 194-195.

energia para o estreitamento de relações com regiões que também consideram tanto o Brasil quanto a América Latina de forma secundária.

CONCLUSÃO

Nas primeiras décadas do século XXI, o cenário internacional provavelmente deverá contar com a presença de três superpotências: Estados Unidos, União Européia e China.

Inegavelmente, o principal ator permanecerá sendo os Estados Unidos por contar com uma insuperável capacidade militar e com uma clara disposição de intervenção unilateral caso se sinta ameaçado. No entanto, para dispor de uma capacidade superior ao dos demais atores, procurará manter sua política de participação direta no controle da Aliança Atlântica e da exclusividade no papel de responsável pela segurança asiática e de *disciplinar* a China.

Ainda que, em termos econômicos, os Estados Unidos praticamente estejam afastados da União Européia, a definição das *cartadas asiática* (considerando-se sua participação na APEC e o interesse manifesto de constituição da Comunidade do Pacífico entendida como a formalização de um acordo de integração econômica-comercial) e *hemisférica* (compreendida como a definição da ALCA) pode dotá-lo de uma capacidade no controle dos fluxos econômicos e financeiros.

Em termos da segurança atlântica, ainda que a União Européia apresente o projeto de institucionalização de uma política externa e de segurança comum, o peso do custo de se remodelar a OTAN, em bases exclusivamente européias, apresenta-se de forma impeditiva uma vez que o projeto, que já se apresenta difícil pelas diversidades de interesses envolvidos, tende a ser protelado. De outro lado, o tratamento especial concedido à Rússia e reforçado pelo reconhecimento tácito de sua hegemonia sobre a Comunidade dos Estados Independentes amplia seu potencial na OTAN.

De outro lado, os Estados Unidos continuarão mantendo sua hegemonia, ainda que relativizada, sobre o continente americano, com institucionalização ou não da ALCA, principalmente pelo fato da manutenção da assimetria em relação à região e da aceitação passiva de seu papel regional pelos demais competidores.

A União Européia, principalmente em decorrência de sua capacidade econômica, continuará desempenhado um papel internacional importante. No entanto, para que possa ser um ator político e de segurança necessita primeiro resolver o impasse de se transformar num ator internacional unitário pela aprovação consensual de sua política externa e de segurança

comum. No entanto, as dificuldades atuais e as que podem ser somadas por um possível alargamento da União inviabilizam qualquer tipo de prognóstico a curto prazo.

Se se acresce a dependência que detém dentro da OTAN, pode-se pensar que os impasses não serão resolvidos nem a médio prazo.

Já a China apresenta um grande potencial e disposição para ser um ator internacional, mas ainda não dispõe nem dos recursos econômicos nem dos militares. Na realidade, beneficia-se da estratégia de cerceamento das possibilidades do Japão. Nesse sentido, pode-se considerar que a presente crise econômico-financeira serve ainda que não intencionalmente para redução de qualquer pretensão japonesa, bem como para ampliação das chances chinesas.

No entanto, o grande problema regional, o da definição de mecanismos de segurança, permanece amortecido pela presença norte-americana e pela impossibilidade de proposição de alternativas em decorrência dos receios regionais tanto para um papel mais ativo do Japão que pode ser interpretado como um processo de remilitarização, quanto das desconfianças de quais seriam as reais intenções da China.

Propositalmente, está se evitando raciocinar que o Japão possa se constituir, a médio prazo, num grande ator internacional, devido exatamente a não demonstração de interesse na busca de estratégias alternativas e/ou complementares para a solução das questões regionais e igualmente pelo cuidado que demonstra em não tomar qualquer tipo de atitude que possa ser interpretada como um desafio aos Estados Unidos.

Antes de se pensar nas possibilidades brasileiras dentro desse contexto internacional tripolar, mas com forte presença dos Estados Unidos, pondera-se que a partir das reacomodações internacionais, a partir do fim da Guerra Fria, o país apresenta, no plano genérico, uma política exterior que tem sido aparentemente muito mais reativa do que propriamente ativa. Provavelmente, essa indefinição decorra da falta de clareza quanto ao que seria nosso projeto nacional, em termos mais amplos.

Depreende-se da leitura de recentes análises sobre a política externa brasileira que ela persiste com alta ênfase no tratamento das questões multilaterais que interessam ao país e acoplada à praxis de maximização do prestígio internacional de que goza o Presidente, pela instrumentalização da Diplomacia Presidencial. De outro lado, no entanto, tem-se igualmente a sensação de um vácuo ou de uma indefinição de objetivos.

De outro lado, pode-se igualmente ponderar que se tem pouco a oferecer, ficando praticamente restrito ao processo de privatizações, à estabilização e à disposição de manter a economia aberta aos investimentos estrangeiros. Nesse sentido, em termos de opções estratégicas, o Brasil possivelmente continuará tentando instrumentalizar os ganhos políticos auferidos com o relativo sucesso do Mercosul, procurando estabelecer alianças extra-hemisféricas.

Note-se que em decorrência de seu peso e importância, o Brasil pode se constituir num parceiro importante para os projetos europeus e asiáticos de se ter um papel mais preponderante no sistema internacional.

RESUMO

A crise monetária tailandesa de julho de 1997 expandiu-se pelo Sudeste Asiático, pelo Leste Asiático, pela Europa Oriental e ameaçou a América Latina e o Brasil. Na avaliação do autor, essa crise revelava um problema mundial com sérias implicações para a estabilidade do sistema internacional. Tomando por base esse mundo cada vez mais globalizado, algumas possibilidades são exploradas em termos de segurança internacional e das perspectivas para a ordem econômica internacional. Nesse quadro, o artigo procura analisar as possibilidades de inserção do Brasil no contexto regional e global.

ABSTRACT

The Thai monetary crisis of July 1997 spread throughout East and Southeast Asia, East Europe and jeopardized Latin America and Brazil. According to the author such a crisis shows that there is global crisis which threatens the stability of the international system. Considering such a globalized world, the article explores possible developments in terms of international security and international economic order, and in such a context what kind of issues and possibilities can be expected by a country like Brazil in the regional and global contexts.

O Autor

HENRIQUE ALTEMANI DE OLIVEIRA. Doutor em Sociologia pela USP, é Secretário Executivo do Conselho Brasileiro de Relações Internacionais e Diretor do Centro de Estudos sobre o Pacífico. Foi professor e coordenador do Curso de Mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília e atualmente é Professor visitante do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP.